

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Vieira, Carlos Adriano Silva.

Percepções de estudantes de pedagogia enquanto Apoio Pedagógico de alunos com deficiência / Carlos Adriano Silva Vieira, Mariana Silva Coutinho. - Recife, 2022.

23 p. : il., tab.

Orientador(a): Neferson Barbosa da Silva Ramos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2022.

1. Curso de pedagogia. 2. Estágio não obrigatório. 3. Desafios durante o estágio. 4. Educação inclusiva. 5. Formação docente. I. Coutinho, Mariana Silva. II. Ramos, Neferson Barbosa da Silva . (Orientação). III. Título.

370 CDD (22.ed.)

Percepções de estudantes de pedagogia enquanto Apoio Pedagógico de alunos com deficiência

Carlos Adriano Silva Vieira¹

Mariana Silva Coutinho²

Neferson Barbosa da Silva Ramos³

Resumo: Essa pesquisa buscou investigar como o estágio não obrigatório é vivenciado pelos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto ao apoio a alunos com deficiência em sala de aula regular, além de apresentar os pontos de vista dos acadêmicos acerca da inclusão no espaço escolar. Destaca-se dentre os objetivos da pesquisa investigar os sentimentos dos estudantes do curso de Pedagogia da UFPE enquanto apoio pedagógico de alunos com deficiência. Para a construção desse artigo foi feita uma pesquisa qualitativa e os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de questionário eletrônico com informações que ressaltam a importância do estágio não obrigatório, a realidade da formação docente bem como os desafios encontrados por esses alunos em processo de formação docente voltados à educação inclusiva. A pesquisa está pautada a partir do conceito de Educação Inclusiva apoiados em autores como Silva (2013) e Sasaki (2002; 2006) e em documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996 e a Base Nacional Comum Curricular BNCC (2018). A partir da análise percebemos que o contexto da educação inclusiva ainda possui discrepâncias no que diz respeito à teoria e à prática, bem como no que se é almejado. Destaca-se ainda que na própria prática docente não são encontrados bons exemplos de práticas inclusivas, o que dificulta diretamente a atuação do estagiário e sua formação profissional.

Palavras-chave: Curso de pedagogia. Estágio não obrigatório. Desafios durante o estágio. Educação inclusiva. Formação docente.

¹ Graduando em Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: carlos.adrianosilva@ufpe.br

² Graduanda em Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: mariana.silvacoutinho@ufpe.br

³ Mestre em Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnologia. Email: nef.ufpe@gmail.com

1. Introdução

O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem suas demandas, como a formação voltada para a expansão da pesquisa científica e também a preparação para o mercado de trabalho, os conteúdos são estudados de forma teórica e prática, Os alunos matriculados ao se matricularem no curso têm conhecimento que dentre as disciplinas a serem cursadas estão os estágios obrigatórios que são: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental A, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental B, Estágio na Educação Infantil, Estágio na Educação de Jovens e Adultos e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, a função dessas disciplinas é de fazer com que os estudantes consigam compreender no âmbito prático tudo o que foi passado. Todavia, como forma de auxiliar o processo formativo há os estágios remunerados, ou seja, não obrigatórios, que são regulamentados pela Lei 11.788 de 2008, conhecida como Lei do Estágio, essa legislação objetiva o estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. .

Os estágios obrigatórios, como diz a própria nomenclatura, funcionam como base na construção e formação compoendo a grade curricular dos cursos. Enquanto disciplina curricular opera da forma mais prática possível, sendo pensada com intuito de contribuir no desenvolvimento acadêmico, nas áreas de pesquisa e tomando a forma de um estudo de pesquisa etnográfica em espaços como escolas e espaços de educação não formal. O estágio não obrigatório, no entanto, não é considerado uma disciplina que constitui a grade curricular do curso. Em contrapartida, analisando suas diversas perspectivas, contribui significativamente para a formação do estudante, sobretudo, no nível universitário.

Sendo assim, esse modelo de estágio ajuda não apenas no conhecimento da área prática, mas também faz com que o estagiário passe a ter uma visão mais aprofundada de quais vem a ser os desafios educacionais. Foi sobre estas compreensões advindas das experiências do estágio não obrigatório e realizado no desempenho de funções como trabalhar junto aos alunos com deficiência, auxiliar nas situações básicas (exemplo: na ida ao banheiro), observar nos momentos de socialização com os outros integrantes da sala de aula e escola, o interesse em investigar esse objeto de pesquisa surgiu a partir de determinadas disfunções também consideradas como desafios quais muitas vezes não são causadas pelos

estagiários mas sim de terceiras pessoas mas acabam caindo nas mãos do estagiário que é quando se questionam as soluções para esses problemas. A escolha para o tema da realização dessa pesquisa veio devido ao resultado das experiências pessoais passadas durante a formação no curso de Pedagogia na UFPE. A prática do estágio não obrigatório proporcionou-nos a reflexão quanto à dicotomia entre teoria e prática no âmbito do trabalho docente, compreendendo, assim, as partes mais desafiadoras no percurso da formação.

De modo que, essa pesquisa tende a analisar as perspectivas dos estudantes matriculados no curso de Pedagogia da UFPE, campus Recife, enquanto a atuação como auxiliares dos professores em sala de aula regular, desempenhando a função de apoio na educação das crianças com deficiência. O estagiário remunerado ao realizar a função de apoio a estudantes com deficiência em unidades escolares regulares devem: auxiliar a criança na integração de alunos com deficiência em sala juntamente ao professor nas séries iniciais também auxiliar nas atividades extracurriculares como por exemplo os projetos solicitados pelo professor e ajudar na participação das atividades pedagógicas desenvolvidas na unidade.

Ao atuar como estagiário, o acadêmico passa a vivenciar o dia a dia nas escolas e pode fazer inferências importantes acerca da manutenção e melhoria da educação inclusiva e da educação como um todo.

Por isso, durante o processo formativo, especialmente para os estudantes do curso de Pedagogia, é sempre bom poder ver como na prática a educação construída com os estudantes da educação básica, todavia, as situações observadas nos fazem questionar: a) Qual é o tipo de educação que vem sendo dada nas escolas regulares? O modelo educacional inclusivo vivenciado é o mesmo que é abordado e defendido na teoria? O estagiário consegue atuar de forma positiva a fim de atender às demandas impostas na sua formação e pela instituição educacional no qual estagia, quanto a atender as necessidades dos alunos com deficiência?.

Por intermédio de tais questionamentos, traçamos como objetivo geral desta pesquisa investigar como o estágio não obrigatório é vivenciado pelos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto ao apoio a alunos com deficiência em sala de aula regular. Como objetivos específicos: A) Identificar os desafios vivenciados pelos estudantes que atuam como apoio na sala de aula com alunos com deficiência; B) Compreender a concepção dos estudantes de pedagogia a partir da experiência com estudantes com deficiência na sala de aula; C) Analisar o apoio oferecido aos estudantes de pedagogia para atuação com crianças com deficiência na sala de aula. Com base nisso o trabalho em si tenta visualizar nas respostas dos alunos do curso de pedagogia como o mesmo

faz uma autoanálise da sua prática pedagógica dentro de suas limitações, mas buscando não deixar de lado as dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Para a construção do trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa com alunos do Centro de Educação (CE) da UFPE, campus Recife. Os critérios para escolha dos estudantes foi que estivessem matriculados no curso de Pedagogia e que já pudessem ter experiência no estágio não obrigatório. A pesquisa desenvolveu-se, inicialmente, com envio de e-mail com link do questionário do Google Forms. No corpo do e-mail foi explicitado os objetivos da pesquisa, respeito ao anonimato e informações básicas dos pesquisadores. O intuito da pesquisa era conhecer um pouco da vivência dos discentes de Pedagogia nos estágios não obrigatórios, ao desempenharem a função de apoio aos estudantes com deficiência, bem como identificar as possíveis dificuldades que os acadêmicos enfrentaram no âmbito escolar.

Como base para a fundamentação teórica foram escolhidas as pautas levantadas por Romeu Sasaki (2005) sobre educação inclusiva e as dificuldades durante o processo da prática da educação inclusiva, bem como a forma que a educação inclusiva precisa ser trabalhada nas escolas a fim de empoderar alunos com deficiência de uma forma que esses consigam desenvolverem-se de forma autônoma e possam seguir suas vidas na escola, no trabalho e em outras situações da vida, não precisando sempre do apoio de alguém para necessidades básicas.

2. Fundamentação teórica

Para o desenvolvimento da fundamentação teórica trataremos um pouco sobre a inclusão escolar e social na perspectiva de Romeu Sasaki (2005) e suas contribuições para as políticas públicas voltadas à educação inclusiva bem como o ponto de vista do autor que toma desenvoltura na área da prática pedagógica.

2.1. O Conceito da inclusão na escola

No ano de 2009 a palavra “pessoa com deficiência” foi oficialmente promulgada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (SANTOS, 2020). São consideradas pessoas com deficiência as que têm impedimento de longo prazo sendo mental, sensorial, físico e intelectual as quais em meio social acaba se tornando uma

barreira, tendo dificuldade de sua participação na sociedade quando comparadas às “facilidades” de outras pessoas que não possuem deficiência.

As causas das deficiências podem surgir em qualquer momento da vida de um indivíduo, podendo ser ocasionada por fatores externos, como também pode se considerar o fator genético podendo despontar ainda nos primeiros anos de vida, devido a ocorrências durante a gestação ou parto, ou até mesmo na vida adulta, quando pode ocorrer por razões como doenças crônicas que acabam por se manifestar com o passar do tempo ou por meio de doenças transmissíveis, ou perturbações psiquiátricas, desnutrição, abusos de drogas, traumas e lesões. (SANTOS, 2020).

Figura 1: Imagem explicando os tipos de deficiências.



Fonte: <https://sp.unifesp.br/epe/desc/noticias/pessoa-com-deficiencia-2020>. (2020)

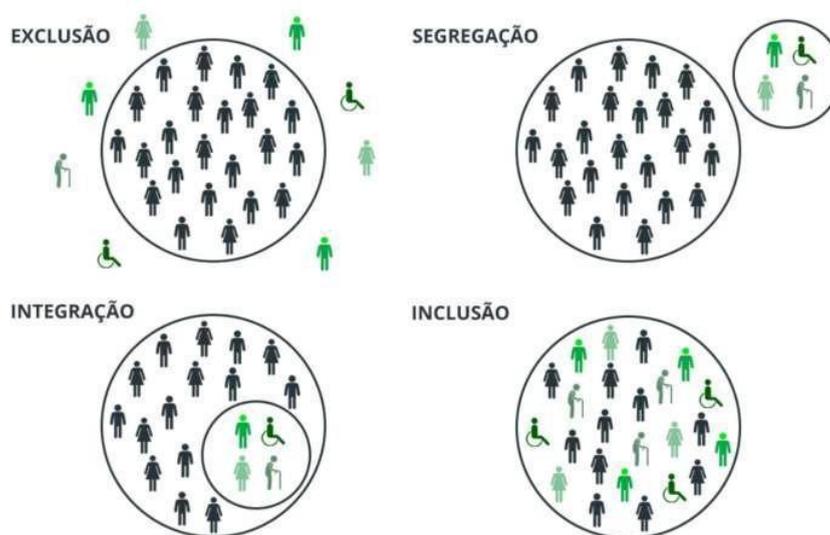
A luta para a participação de pessoas com deficiência em espaços escolares foi árdua e longa, pois durante muito tempo estar na escola era considerado um privilégio para poucos. Sendo assim, muitas pessoas acabavam por ficar de fora do ambiente escolar, principalmente pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, que até então eram consideradas incapazes ou dependentes. Logo, fomentou-se ainda mais esses tipos de preconceitos que deixavam pessoas com deficiência marginalizadas e com difícil acessibilidade nos meios sociais. As habilidades dessas pessoas não eram estimuladas e essa forma de reconhecimento social como pessoas incapazes socialmente ratifica, ou retifica, a exclusão (SILVA, 2013).

Quando se trata de educação, no Brasil, passou-se a ser mais acessível às pessoas com deficiência depois do período da democratização, pois todos os brasileiros passaram a ter direitos de participarem da escola como citado no artigo 205 da Constituição Federal (1988) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Apesar de todos os direitos concebidos como: a igualdade de condições no acesso e permanência na escola, liberdade de

aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar, o mercado de trabalho não encorpou prontamente às pessoas com deficiência. Durante o século XIX até o início do século XX as pessoas com deficiência recebiam um modelo de política pública assistencialista, que tinha predominância da separação das pessoas com deficiência em ambiente voltado para suas necessidades, pois acreditava-se que convivendo com pessoas não deficiente não seria apropriado. Elas poderiam atrapalhar a convivência e o desempenho das funções e ordem social. Um bom exemplo dessa separação era a forma como muitas pessoas com deficiência intelectual eram colocadas para viver em instituições psiquiátricas, nas quais eram presas e acorrentadas (SILVA, 2013). A partir desse contexto, surgem as escolas especiais e também as salas de aulas especiais (classes especiais), nesse modelo educacional considerado como integração (SASSAKI, 1997) ainda era exigido do aluno que este tentasse e fosse capaz de se adaptar aos modelo de escola e não o contrário quando o dever da escola e das instituições ser deveria ser um lugar acessível e moldado ao acolhimento da criança.

Com passar do tempo foi-se percebendo que apenas a integração desses alunos na escola não estava sendo o suficiente, foi então que muitos debates acerca dessa questão começaram a tomar proporções cada vez maiores e foi passou-se a compreender que as situações em que esses indivíduos eram submetidos, como ambientes e relações insalubres e comprometem o desempenho e desenvolvimento, pois a troca de experiências sociais seria um bom ponto para fazer essas pessoas se sentirem participantes de suas próprias vidas e de um campo social muito maior.

Figura 2: Imagem explicando as fases e percursos da inclusão nas escolas e sociedade.



Fonte:

<https://medium.com/@gisely.lucas/desenvolvendo-aplica%C3%A7%C3%B5es-digitais-acess%C3%ADveis-par-te-1-a65d624d58e3> (2019)

2.2. Diferenças, aproximações e percurso entre exclusão, segregação, integração e inclusão

A inclusão vem se tornando uma pauta pertinente, pois com o passar dos anos é muito comum ver pessoas com deficiência ocupando espaços em que antes era muito difícil de serem vistas. Devido ao avanço tecnológico que serve de grande apoio para esses indivíduos e as mudanças nas legislações que atuam como base na fomentação dos diálogos entre o povo. Para o modelo teórico de inclusão escolar que temos nos dias de hoje foi necessário um processo mudança no decorrer da história na qual Sasaki separa essas mudanças em fases e ele as denomina como *fase da exclusão* que é a fase onde ninguém e nenhuma instituição educacional sequer dava atenção às pessoas com deficiência, nesse momento da história pessoas com deficiência eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas (SASSAKI, 1997, p. 112).

A próxima fase é chamada pelo autor como a *fase da segregação institucional* foi um momento onde essas pessoas com deficiência por não ter apoio das famílias e instituições públicas acabavam sendo olhadas e recebiam educação por meio de instituições religiosas filantrópicas (SASSAKI, 1997, p. 112), na maioria dos casos essas pessoas acabavam passando o resto de suas vidas vivendo nesses ambientes, a partir de então alguns países

passaram a oferecer “educação especial” para crianças com deficiência com consentimento do governo porém ainda permanecendo o intuito religioso.

Na *fase da integração* passa-se a aceitar estudantes deficientes nas escolas regulares, porém esses estudantes acabavam tendo que ficar separados dos alunos sem deficiência, pois acreditava-se que a participação desses alunos nas salas de aula comum iriam atrapalhar o aprendizado dos alunos causando problemas aos professores, os deixando cansados e desgastados ou interferindo diretamente na aula de forma negativa, até que em 1981 uma parte da população passou a se conscientizar sobre a importância da participação das pessoas com deficiência na sociedade então iniciou-se o conceito de inclusão nos anos 80.

O que Sasaki (1997) discorre sobre a *fase da inclusão* é quando se dá início em países como Canadá, Estados Unidos, Itália e Espanha no final da década de 80 e no início da década de 90, esses países passam a criar classes inclusivas e escolas inclusivas, no meio acadêmico existe um grande e contínuo debate acerca da pauta sobre a inclusão, como o autor explicou seu processo histórico, hoje em dia já se fala mais abertamente sobre essas questões, mas então como funciona a prática da educação inclusiva? Sabemos que é um processo longo de transformação das teorias em ações práticas bem desenvolvidas, o trabalho de inclusão precisa ser feito para que o aluno consiga alcançar sua autonomia e sucesso em todas as áreas da vida:

A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los. (SALAMANCA, 1994, p. 9)

Como citado pela Declaração de Salamanca, para que a inclusão desse continuidade com sucesso, seria necessário que o espaço escolar (mas não apenas se limitando a esse espaço) se adaptasse às necessidades das pessoas com deficiência, e não que ocorra o contrário. Sendo assim, em todos os campos ocupados por pessoas com deficiência seria necessário mudanças. Mudanças que vão desde o campo familiar, comunidade local, até as esferas públicas e privadas como áreas de lazer e trabalho. Todo esse conjunto de atividades ocorrendo a partir de uma mudança de forma positiva facilita para que a pessoa com deficiência consiga alcançar a autonomia. Nesse sentido, a educação escolar não deve funcionar apenas como base, mas como uma parte da vida dessa pessoa.

[...] as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na *equidade*, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. [...] Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (BNCC, 2018).

Como mostrada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para que exista equidade e inclusão é necessário que a escola ou instituição educacional tenha entendimento sobre as demandas solicitadas. Desse modo, é imprescindível se pensar em um planejamento geral que inclua alunos, professores, pais e a comunidade escolar a fim de criar um currículo que possa auxiliar o aluno no processo de inclusão.

3. Metodologia

Nesta seção, transcorre-se como foi desenvolvida a pesquisa e quais sujeitos participantes nos ajudaram a construí-la. Reiteramos que nosso principal objetivo foi investigar como o estágio não obrigatório é vivenciado pelos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto ao apoio a alunos com deficiência em sala de aula regular, além de apresentar os pontos de vista dos acadêmicos acerca da inclusão no espaço escolar. Gostaríamos de saber como os estágios não obrigatórios vivenciados na área da educação inclusiva podem contribuir na formação do futuro professor e com uma sociedade mais inclusiva. Buscamos entender a situação do estudante em estágio para identificar como os mesmos estão avaliando sua atuação na educação inclusiva e averiguar em que situação esses estágios podem estar sendo oferecidos ou como o assunto ainda é tratado nas escolas.

Por se tratar de uma pesquisa da área das ciências humanas, busca compreender melhor os fenômenos sociais que estão à nossa volta. Sendo assim, não podemos desenvolvê-la sem optar por uma abordagem qualitativa. A pesquisa construída aos poucos e conjuntamente, ou seja, em dupla, evidenciou, nesse caminho, descobertas sobre o tema que a alocaram também no campo da pesquisa exploratória.

Utilizamos a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo com os dados obtidos através de questionário enviado aos sujeitos da nossa pesquisa, os estudantes de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Também optamos por utilizar a abordagem quantitativa, que, para Minayo (2001), traz dinamismo para pesquisa, o que resulta na melhor compreensão e análise de alguns dados do questionário.

A pesquisa foi realizada de forma remota. Foram feitos contatos via e-mail para alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco campus Recife, apresentando a pesquisa e convidando-os para responder acerca do tema da pesquisa. Ao todo foram enviados 692 e-mails para os alunos da universidade, destes, foram recebidas 15 respostas no formulário Google Forms. Nesse questionário foram inseridas perguntas as percepções dos graduandos do curso de Pedagogia da UFPE, acerca de suas experiências no campo de estágio não obrigatório como estagiário de apoio a alunos com deficiência do ensino regular. No formulário foram feitas perguntas sobre a situação do aluno do curso no estágio não obrigatório, envolvendo as dimensões da acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência em suas atividades, suas percepções e opiniões acerca da participação dessas atividades.

Nas escolas as quais foram vivenciadas as experiências dos estudantes do curso de Pedagogia da UFPE no estágio não obrigatório, evidenciou-se que na maioria dos casos, segundo a percepção dos graduandos, os professores da educação básica não se sentem completamente preparados para lidar com o ensino e aprendizagem de alunos com deficiência. Apontam também a falta recursos adaptados para auxiliar o suporte educacional dos alunos com deficiência e destacam que apesar da inclusão já fazer parte da realidade cotidiana, ainda assim é uma situação que se modifica de forma lenta e até mesmo com um pouco de dificuldade para enfrentar as demandas que vêm sendo solicitadas.

3.1. Apresentação dos estudantes da pesquisa e da coleta de dados

Ao todo, foram enviados 692 e-mails para alunos do curso de Pedagogia da UFPE, no campus Recife. Os endereços eletrônicos foram extraídos a partir do banco de dados do diretório acadêmico do curso de Pedagogia da universidade, onde estão listados os e-mails dos alunos vinculados ao referido curso. No entanto, para melhor compreensão e análise dos dados obtidos, foram selecionadas apenas 15 respostas do questionário, a fim de compor dados por amostragem. Os critérios para a escolha dos alunos eram de já possuírem a vivência no estágio não obrigatório enquanto acompanhante de crianças com deficiência.

Deste total, tivemos o seguinte quantitativo: 1 (um) aluno de cada subsequente período 1º, 3º, 5º, 6º, 8º e 9º; 2 (dois) alunos do 5º e 9º períodos; 3 (três) alunos sendo do 4º e 10º período.

4. Resultados e discussão

O questionário eletrônico do Google Forms foi enviado para 692 alunos do curso da universidade federal de pernambuco. Destes, foram aceitas 15 respostas. Os alunos da pesquisa foram, em sua maioria, estudantes com metade do curso concluído, como citado acima.

Deste quantitativo apenas 2 alunos estão com menos de 30% do curso concluído, sendo assim, avaliamos que dessa forma foi possível obtermos respostas mais assertivas no sentido de responder aos nossos objetivos de pesquisa. Devido aos participantes compreenderem o básico da educação inclusiva tendo passado pela cadeira de fundamentos da educação inclusiva presente na grade curricular do curso no quarto período.

O questionário foi iniciado com perguntas quanto aos seus nomes dos estudantes, o período atual no curso e e-mail institucional, a título de melhor informação e apresentação. Contudo os dados pessoais, foi-se destacado a não divulgação. Seguido da apresentação, foi perguntado aos estudantes as principais atividades desenvolvidas pelos mesmos no estágio.

Quadro 1 - Principais atividades dos alunos no estágio não-obrigatório.

Aluno	Quais eram as principais atividades exercidas por você no campo de estágio?
Estudante 1	<i>Acompanhava uma criança no espectro autista, com laudo e grau médio. Auxiliava nas atividades de classe e recreio;</i>
Estudante 2	<i>Auxiliar o estudante a realizar as atividades de classe. Caso ele não conseguisse, a atividade era alterada;</i>
Estudante 3	<i>Em suma, acompanhar o aluno para qualquer atividade que ele fosse realizar;</i>
Estudante 4	<i>Auxiliar pessoas com deficiências nas atividades curriculares em tempo</i>

	<i>de aula;</i>
Estudante 5	<i>Adaptar atividades para o aluno que acompanhava, o ajudar no convívio social em sala, ajudar na comunicação entre o aluno e a professora entre outros...;</i>
Estudante 6	<i>Cantigas;</i>
Estudante 7	<i>Observação e acompanhamento, literalmente;</i>
Estudante 8	<i>Acompanho um aluno com TDAH e TEA, ele está no 3º ano do ensino fundamental e por isso fico responsável por fazer atividades, provas e o acompanhar em todas as aulas inclusive as de matérias extras;</i>
Estudante 9	<i>Auxiliar de sala de aula;</i>
Estudante 10	<i>Acompanhamento de estudante no desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula;</i>
Estudante 11	<i>Acompanhamento pedagógico do estudante durante as aulas, auxiliando-os nas atividades e compreensão dos conteúdos abordados pelos professores em sala de aula.;</i>
Estudante 12	<i>Acompanhar a rotina e desenvolver atividades;</i>
Estudante 13	<i>Fico com crianças com deficiência. A minha aluna tem deficiência intelectual comprometida de forma moderada, mas consegue fazer todas as atividades básicas sozinha como ir ao banheiro e comer, eu ajudo nas atividades escolares. Quando necessário também fico com outras crianças com deficiência, a maior parte, deficiência mental, sempre com o objetivo de auxiliar nas atividades básicas e nas atividades escolares;</i>
Estudante 14	<i>Cuidar, alimentar e brincar;</i>
Estudante 15	<i>Na educação infantil auxiliava nas atividades pedagógicas e nas atividades de rotina e cuidados como banho de alimentação. No ensino fundamental além de orientar os alunos na resolução das atividades, trabalhos e provas, também participava do desenvolvimento do</i>

	<i>planejamento pedagógico individualizado do estudante e formação continuada.</i>
--	--

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

No geral, as respostas apontam para uma noção de que o estagiário da educação inclusiva que atua como profissional de apoio é o responsável pelos cuidados pedagógicos do aluno, adaptando e auxiliando no entendimento das atividades e acompanhando os alunos em atividades de socialização da turma. Além disso, também era tarefa do aluno durante as atividades do estágio, os cuidados com higiene, recreação e alimentação dos alunos com deficiência. Segundo Sasaki (2002), a filosofia da inclusão se baseia no Modelo Social da Deficiência. Nele, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender as necessidades dos seus membros.

Assim, devemos estar atentos se o processo de inclusão está sendo realmente atendido pela perspectiva do Modelo Social de Inclusão e não pela lógica da escola ser um lugar para as pessoas com deficiência ter onde ficar e receber cuidados com alimentação, higiene, etc. Desse modo, ressalta-se a lógica nas escolas que se baseie no processo de inclusão e não como um pré-requisito para as pessoas poderem fazer parte da sociedade. Esse modelo trata que a inserção social da com deficiência aconteça de forma ampla, com a exclusão de barreiras que impedem a pessoa com deficiência de acessarem seus direitos. (SASSAKI, p. 14, 2002).

Logo, a escola nessa perspectiva deve se afastar cada vez mais do modelo médico de cuidados, ou seja, de integração do aluno, e atentar para um modelo mais direto de atuação pedagógica e educativa, inserindo-o nas dinâmicas próprias da escola, tendo em vista que nesse modelo consiste a ideia de que o aluno com deficiência deve se adaptar à escola e não o contrário (SILVA, p.2, 2013). Indo na contramão do que propõe as novas legislações no campo da inclusão e dos direitos da pessoa com deficiência e do próprio avanço educacional que tivemos nas últimas décadas com as pessoas com deficiência.

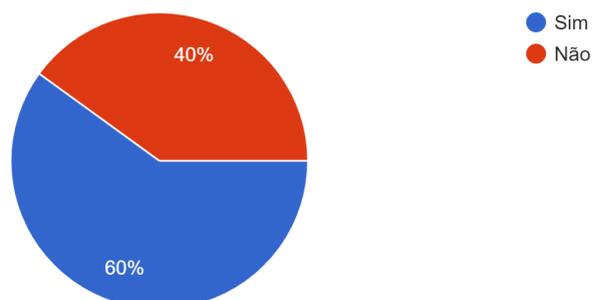
4.1. Avaliação do estágio não obrigatório como apoio pedagógico pelos estudantes pedagogia da UFPE

Nessa seção buscamos analisar os rumos para a educação inclusiva no presente e futuro e discutir como se dá a formação dos estudantes de Pedagogia da UFPE, campus Recife, na realização dos estágios não obrigatórios vivenciados em salas de aula regulares como apoio às crianças ou adolescentes com deficiência. Nesta seção, discutiremos 3 (três) perguntas do questionário: 1) Como você avalia a sua situação como apoio? 2) A partir da sua experiência no âmbito escolar como apoio à educação de alunos com deficiência, o que você acredita que ajudaria a melhorar na atuação do estagiário? 3) Você se sente preparado para trabalhar como professor de sala de aula e assumir turmas com alunos com deficiência? Neste sentido, buscamos analisar o que o estudante do curso e estagiário avaliam quando confrontados sobre seu próprio preparo e atuação.

Sasaki (2002), destaca que a educação inclusiva na prática já é um processo mundial no qual estamos vivendo e que tal processo se dá no pressuposto de que as pessoas com deficiência não devem estar segregadas em salas onde haja convivência apenas com os alunos com deficiência. A educação na perspectiva inclusiva se contrapõe justamente a essa prática e defende que tanto os alunos sem deficiência quanto os alunos com deficiência têm o direito de estudarem juntos, crescendo como cidadãos felizes (SASSAKI, 2002).

Ao questionarmos sobre se sentirem preparados para atuarem na sala de aula inclusiva, ou seja, na qual haja também alunos com deficiência, 60% dos alunos questionados (9 das 15 respostas), responderam “sim”, para se sentirem preparados para atuar numa sala de aula inclusiva com a presença de alunos com deficiência e 40% (6 das 15 respostas) responderam “não”, que ainda não se sentem preparados para assumir uma sala de aula inclusiva com alunos com deficiência.

Gráfico 1 - Concepção dos estudantes quanto ao preparo para atuar em sala de aula com alunos com deficiência.



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Pedimos para os alunos que marcaram “não” escrevessem sobre o porquê de não se sentirem preparados para lidar com a sala de aula num contexto mais inclusivo envolvendo alunos com deficiência.

Quadro 2 - Motivos dos estudantes para não se sentirem preparados para atuar na sala de aula inclusiva

Aluno	Caso você tenha marcado “não”, para “não se sente preparado”, você pode resumir essa dificuldade?
Estudante 1	<i>Falta de estrutura física e emocional para lidar com essas especificidades;</i>
Estudante 5	<i>A dificuldade se baseia em não saber lidar, não saber o que fazer nos momentos em que o aluno se desorganiza;</i>
Estudante 9	<i>A nossa formação não tem aprofundamento nas deficiências e nas estratégias para superá-las. E como não temos muitos profissionais preparados, até mesmo na escola real é difícil sondar essas referências;</i>
Estudante 10	<i>Me sinto perdida em como auxiliar o aluno que acompanho, como se tivesse "caído de paraquedas";</i>
Estudante 11	<i>Não me sinto completamente preparada. Sei que parece óbvio o motivo, devido às diversas capacitações disponibilizadas. Porém ainda estou em processo de capacitação e aos poucos vou aprendendo a desenvolver as habilidades;</i>
Estudante 13	<i>Numa turma com 25 alunos ou mais é quase que cruel exigir do docente uma abordagem que inclua todos da turma, deficientes ou não, sem considerar o fato que o professor provavelmente não tem só aquela turma, ou seja, muitas vezes o docente não tem tempo para uma melhor reflexão sobre sua didática e inclusão de toda diversidade existente em sala de aula. Fazendo com que os alunos que aprendem mais rápido tenham mais</i>

	<i>atenção e os que tenham mais dificuldade são postos à margem da sala de aula.</i>
--	--

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Dentre os resultados destes alunos, podemos categorizá-los de duas formas: os que sentem despreparados por falta de preparo emocional e físico, e os que não se sentem preparados pelo curso e estágio para atuarem em sala de aula inclusiva, Ou seja, não sentem que receberam os conhecimentos necessários para darem uma educação de qualidade e alcançar resultados significativos na abordagem utilizada. Portanto, podemos dizer que embora a maioria dos alunos se dizem preparados para assumir uma sala de aula inclusiva com alunos com deficiência, quase metade desses alunos se sentem despreparados.

Diante do exposto, podemos inferir que o curso de Pedagogia da UFPE precisa ter um olhar mais acurado à formação dos alunos para a prática inclusiva, sobretudo, pelo crescente número de matrículas de pessoas com deficiência desde a educação infantil.

Cabe ressaltar que é durante a primeira infância, isto é, a fase da vida na qual criança desenvolve-se mais celeremente que acontece os primeiros diagnósticos. E, por isso, é preciso uma atuação contundente para que o desenvolvimento desse sujeito não seja prejudicado. Sasaki (2002), afirma que o caminho já está sendo percorrido, no entanto é preciso que os demais setores da sociedade se comprometam com os princípios da inclusão social, nesse sentido, incluindo também os sistemas escolares.

Sasaki (2008. p. 3), também menciona que “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos e curriculares de todos os cursos formais e não formais no Brasil” a acessibilidade, portanto “não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”.

Para entender melhor acerca do que graduando de Pedagogia julgam que poderia auxiliar sua atuação no estágio, pedimos que descrevessem seus principais anseios. Nesse bloco podemos categorizar as respostas como sendo direcionada a três campos: 1) Ao campo da capacitação e formação continuada; 2) Ao uso de materiais e recursos apropriados; 3) Ao diálogo com o corpo docente.

Nesse tópico, a maioria dos estudantes relatou que a maior contribuição para melhorar a atuação no estágio seria a escola dispor de um treinamento prévio com o aluno, a fim de que fosse apresentado aos futuros estagiários os desafios e possibilidades durante a realização do estágio não obrigatório,

Os estudantes do curso de Pedagogia também citaram a necessidade de diálogo mais aberto com professores e Atendentes de Educação Especial (AEE) como uma forma de melhorar nas suas funções. O fortalecimento dessas questões é urgente para a educação inclusiva, pois, é superando-as que suplanta temos também a pedagogia da negação, que consiste em reduzir o aluno com deficiência, sobretudo os com deficiência intelectual, a um sujeito incapaz de crescimento e afirmação (GOMES, 2010).

Desse modo, essa perspectiva capacitista caminha na contramão também do que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 1996, que propõe às pessoas com deficiência um desenvolvimento efetivo de suas potencialidades e o novo currículo da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Sobrepuja-se, dessa maneira, a discriminação de todos os tipos. A LDB também indica uma prática com foco na equidade com “o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)” (BRASIL, 2018, p. 15).

Ao avaliar sua atuação no estágio, os alunos do curso de Pedagogia da UFPE relataram, em sua maioria, que não foi tão boa. Nessa seção os alunos trouxeram algumas frustrações nas suas falas, como não terem suporte para atuarem juntos aos alunos e estarem "abandonados" tendo a total responsabilidade de sozinhos cumprir com as atividades e demandas quanto aos alunos com deficiência.

Os graduando de Pedagogia também se reconheceram enquanto “frustrados”, “vigias” e “péssimos”. Desse modo percebemos que o estagiário é contratado muitas vezes de forma precária, apenas para cuidar e monitorar o aluno com deficiência em sala de aula, sendo então uma forma de driblar/cumprir com a lei, dando uma fachada de escola inclusiva, já que na verdade, na prática, o estudante com deficiência fica segregado e cabe ao estudante estagiário a tarefa difícil de incluí-lo em uma rotina escolar muitas vezes longe da própria sala de aula onde o aluno está matriculado

Outra categoria de perguntas foi feita aos alunos do curso a fim de compreender suas percepções acerca da inclusão dos alunos com deficiência e a estrutura do ambiente de estágio bem como a estrutura dada a eles quanto ao suporte aos desafios vivenciados no dia a dia enquanto estagiário. Foram feitas as seguintes perguntas: 1) Seu ambiente de estágio era projetado para pessoas com deficiência? 2) Havia alguma dificuldade quanto a adaptação de atividades e estrutura da escola para atuar com o aluno com deficiência em suas atividades?

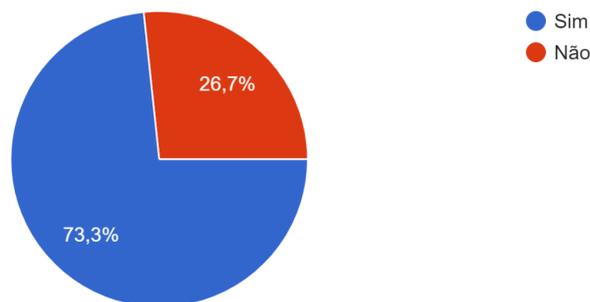
3) Houve diferença na forma com a qual você via a escolarização dos alunos com deficiência? (caso positivo o aluno era orientado a responder a próxima pergunta) 4) Caso você tenha marcado sim para a questão anterior, você pode citar quais foram as diferenças notadas por você quanto a diferença? 5) Durante seu estágio você recebeu apoio por parte da direção, coordenação pedagógica e professores na execução das tarefas ou formas de trabalhar? e 6) Como era a relação dos pais desses alunos com deficiência e os estagiários? Esses pais estavam dispostos a apoiar o trabalho do estagiário? Se sim, como acontecia essa forma de apoio? Ao todo, essas seis perguntas foram feitas na tentativa de visualizarmos como se dá o estágio sob a ótica do estudante de pedagogia e como acontecem as relações do aluno com deficiência, o estagiário e os demais sujeitos ao redor dessa relação e também, como está estruturado o ambiente físico onde se dá esse estágio.

Respondendo a primeira pergunta, em relação a condição do prédio onde funciona a escola, 53,3% dos alunos, 8 (oito) dos 15 alunos que responderam ao questionário se queixaram de que o ambiente não estar preparado para atender os alunos com deficiência. Esse é um dado que precisa ser melhorado e visto de perto pelas pessoas responsáveis pela melhoria na escola, sobretudo do poder público, no entanto, Sasaki (2006), não restringe a acessibilidade apenas sobre o viés arquitetônico, sendo outras barreiras tão prejudiciais quanto a arquitetônica, ou seja, no ambiente físico. Nesse aspecto, se torna necessário o entendimento de que a acessibilidade deve ser almejada a todo momento, adequando todos os espaços e melhorando o atendimento educacional por inteiro.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2006, P. 168).

Quanto à dificuldade de adaptação de atividades e estrutura da escola no trato com os alunos com deficiência, os alunos trouxeram a seguinte resposta:

Gráfico 2 - Percentual de alunos que sentiram dificuldade quanto a adaptação de atividades e estrutura da escola para atuar com o aluno com deficiência em suas atividades?



Fonte: elaborados pelos autores (2022).

Do total, apenas 26,7% dos estagiários, 4 (quatro) dos 15 alunos, responderam que não sentiram dificuldades causadas na adaptação de atividades e estrutura fornecida pela escola, enquanto 73,3% dos alunos assumiram se sentir com dificuldades no desenvolvimento de suas atividades. Esse percentual também se repete aproximadamente nas respostas dos alunos quando perguntados sobre a diferença na forma com a qual eles viam a escolarização dos alunos com deficiência e os alunos “normais”, e também no apoio recebido dos demais profissionais da escola como dos professores, da coordenação, direção, etc.

Quadro 3 - Diferenças notadas pelos estudantes de pedagogia sobre a escolarização dos alunos com deficiência

Aluno	Você pode citar quais foram as diferenças notadas por você quanto a diferença?
Estudante 1	<i>(não respondeu a questão)</i>
Estudante 2	<i>Na maioria das vezes quando o aluno não conseguia alcançar nenhuma atividade, o professor mandava ele ficar fazendo o que quisesse.</i>
Estudante 3	<i>A aluna não se adaptava em sala de aula, com a sala vazia ela ficava, mas com os colegas ela não ficava em sala, ela se isolava em outra sala, e não tínhamos como fazer ela voltar, ela não voltava de jeito nenhum.</i>
Estudante 4	<i>Os alunos, mesmo que em um turno separado devido a idade avançada, não usufruem da socialização em atividades extracurriculares com as pessoas do ensino regular, como um todo. Somente nas festividades</i>

	<i>marcadas, como são João ou Natal.</i>
Estudante 6	<i>Simplesmente não tinha, onde eu estagiei o aluno com deficiência era excluído, ficando com uma sala inferior a sua em que não havia o processo de escolaridade.</i>
Estudante 7	<i>Os alunos não ficavam na sala o tempo todo, sem contar que as atividades eram recreativas, não focadas numa escolarização efetiva.</i>
Estudante 8	<i>Há falta de um calendário adaptado para os alunos com deficiência fazendo com que eles tenham bastante dificuldade em acompanhar o ritmo de conteúdo e avaliação, fora a estrutura que não está preparada para acomodá-los de maneira confortável e necessária.</i>
Estudante 12	<i>Aluno pode sim aprender e socializar.</i>
Estudante 13	<i>Os professores não sabem adaptar as atividades e não tem tempo para trabalhar com eles de forma individual.</i>
Estudante 15	<i>Falta de sensibilidade e paciência com esses estudantes, além de uma espera pelo fracasso escolar, como se por ter alguma deficiência esse estudante não fosse capaz de concluir uma prova, por exemplo.</i>

fonte: elaborado pelos autores (2022)

De acordo com os diversos dados dessa pesquisa, fica evidente que a escola anda falhando consideravelmente na efetiva inclusão dos estudantes com deficiência dando aos alunos um modelo pouco significativo para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência que segrega e exclui os alunos com deficiência e nega a eles direitos conquistados a duras penas. Silva (2013), trata que para a efetivação da inclusão:

faz-se necessário que ocorram algumas mudanças tanto na postura e práticas pedagógicas tanto do professor, quanto da infra-estrutura do espaço onde a criança está inserida, pois as pessoas com NEE necessitam de espaços adequados, de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados, os quais são garantidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e pelo Decreto 7.611/2011 (SILVA, 2013, p. 3).

Por último, também buscamos saber dos estudantes do curso de Pedagogia o envolvimento dos pais/familiares dos alunos com as atividades pedagógicas da instituição educacional. Nesse caso, a maioria respondeu que os pais/familiares estão presentes no dia a dia e no acompanhamento da criança na escola, no entanto, os mesmos não tinham nenhum ou pouco contato com esses, sendo eles mais ligados a professores e secretários da escola. Nota-se, nesse contexto, uma certa invisibilidade dos estagiários, isto é, dos estudantes em processo de formação profissional. Contudo, um dos estudantes apresentou em sua resposta um ponto relevante à pesquisa: “Sim. Como atuei na Rede Pública e instituições de áreas carentes, esses pais viam no apoio uma esperança para a evolução dos filhos, então sempre estavam dispostos a ouvir nossos pareceres.” (Estudante 15). Visto dessa forma, notamos certo anseio de alguns pais e familiares quanto à evolução do seu filho e a importância da escola estar bem preparada para receber essas pessoas. E nós estudantes, futuros professores, devemos partir disso para que possamos colocar em prática um modelo inclusivo de educação que abraça as diferenças e dá a ela a devida atenção e assistência.

5. Considerações finais

O histórico da pessoa com deficiência como sujeito, em todos os casos, incapaz de realizar atividades básicas e desenvolver-se superando limitações persiste até hoje em muitos casos. Mesmo que os textos científicos, frutos de pesquisas, e casos clínicos, advindos das experiências práticas, estejam apontando que as pessoas com deficiência são capazes de desenvolver diversas habilidades, desde que bem estimuladas em todos os ambientes, sobretudo, na escola. Desse modo, se faz necessário que a criança seja matriculada ainda em tenra idade, ou seja, na creche ou educação infantil

O que acontece, todavia, é que esse histórico, estrutura nossa sociedade a pensar na pessoa com deficiência apenas nos fatores limitantes e não abre espaço para a potencialização das suas habilidades nestes casos, o profissional de Pedagogia, atuando principalmente na Educação Infantil ou nas séries iniciais do Ensino Fundamental, é uma das pessoas presente na vida da pessoa com deficiência que mais corresponde aos profissionais que atuam na superação das barreiras da deficiência. Sendo assim, é de fundamental importância que esse profissional tenha em mente a responsabilidade que carrega e a necessidade de dar o melhor suporte à pessoa com deficiência independente de ter especialidade na área da psicopedagogia ou afins.

Também se faz necessário um suporte de qualidade a esse trabalho docente. Que envolve os estagiários de pedagogia, a superação de barreiras físicas e arquitetônicas, o investimento em recursos, materiais e capacitação de todo pessoal envolvido que faz a escola funcionar, garantindo que todos que estejam na escola tenham capacidade de participar de forma plena de uma evolução da educação que dá de fato aos alunos com as mais diversas deficiências o suporte necessário para superá-la e viver com dignidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J.; FIGUEIREDO, R. V. de. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 31p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, M. D. C. Dos. **Deficiência: o desafio da acessibilidade e da inclusão social**. Departamento de Saúde Coletiva: Escola Paulista de Enfermagem UNIFESP, São Paulo - SP, p. 1, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://sp.unifesp.br/epe/desc/noticias/pessoa-com-deficiencia-2020>. Acesso em: 11 out. 2022.

SASSAKI, R. K. Paradigma da Inclusão e suas Implicações Educacionais, **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 9-18, jan/jun, 2002. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1129/1130>. Acesso em: 5 out. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial**. Viver Consciente. Minas Gerais. 2008. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13#.Y0Vq0HbMLIU. Acesso em: 5 out. 2022.

SILVA, Natali Sala Da. **Concepções e paradigmas: da exclusão à inclusão da pessoa com deficiência.** Anais V FIPED... Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3890>>. Acesso em: 24 out. 2022.